

## LITERATURA E INSUBMISSÃO

*Robson Dutra*  
Unigranrio

A historiografia literária brasileira vem passando por um intenso processo de revisão tanto do *corpus* que a constitui quanto dos processos e pressupostos crítico-teóricos em que se alicerça e que é motivado por novos sujeitos sociais que demandam nova discursividade a seu respeito.

Nesse sentido, a literatura “negra” ou “afrobrasileira” questiona o conceito de identidade nacional una e coesa que, dados os traços que a caracterizam, resulta numa escrita híbrida e decorrente de postulados sociais, históricos e culturais, entre outros. Sendo assim, a escrita de Conceição Evaristo evidencia, em *Ponciá Vicêncio* romance publicado em 2003, e em *Becos da memória*, que apesar de haver sido escrito antes, foi publicado apenas em 2006. Neles, a escritora procura preencher algumas lacunas a serem consideradas tanto no modo de produção quanto no de percepção deste traço. Mais que isso, é através dela que se chega ao autoconhecimento, ou, como Evaristo define, “escrevivência[s]”, isso é, “a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (EVARISTO, 2007, p. 20). Para além disso, ela também interroga sobre

o que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção de vida. (...) Em se tratando de um ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura dominante, escrever adquire um sentido de insubordinação (EVARISTO, 2007, p. 20-21).

A resposta para tal demanda é dada pela escritora, bem como sobre questões de gênero são respondidos por Joan Scott (1996, p. 14), para quem “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e,

mais, “é uma forma primeira de significar as relações desiguais de poder”, as quais se expressam nas configurações subjetivas, políticas, normativas e simbólicas nas sociedades.

Edward Said afirma que uma condição indispensável ao intelectual e, por extensão, o escritor, é confrontar-se com o poder, criticando-o, visto que muitos cidadãos não o fazem por temer atos de discriminação, repressão e violência. Porém, essa tomada de posição se dissocia por completo do idealismo romântico, buscando ações políticas que não se deixam influenciar pelas forças opressoras às quais se opõem.

De fato, são estes aspectos que encontramos na produção literária de José Saramago e em suas ações que envolvem cidadania, não apenas com relação a Portugal, seu país natal, mas em âmbito global. No que toca à produção romanesca, vemos que sua mundividência se sustenta pela voz de um narrador autoconsciente que dirige e encaminha sentidos que se voltam contra a absolutização da história através da interrogação dos fatos que a constituem, bem como de procedimentos como o uso da polifonia que se manifesta em meio à trama narrativa e faz com que as vozes enunciativas se confundam com outras ali presentes. Realiza-se, assim, o que Cardoso Gomes denomina “implosão da história” (GOMES, 1993, p. 38) através de uma literatura que se contrapõe ao cânone.

A fim de realizar suas “implosões” que Conceição Evaristo publicou, em 2011, o livro *Insubmissas lágrimas de mulheres*, para o qual entrevistou diversas mulheres com o intuito de refletir como as relações desiguais de poder são evidenciadas no espaço familiar, a partir da condição biológica do sexo das protagonistas e de instituições como o patriarcado. Desse modo, Aramides Florença, Natalina Soledad, Shirley Paixão, Adelha Santana Limoreiro, Maria do Rosário Imaculada dos Santos, Isaltina Campo Pelo, Mary Benedita, Mirtes Aparecida da Luz, Líbia Moirã, Lia Gabriel, Rose Dusreis, Saura Benevides Arantino e Regina Anastácia tornam-se personagens de histórias marcadas por traços como subalternidade, desrespeito e aviltamento oriundos de um sistema social patriarcal que mostra a insubmissão dessas mulheres e o modo como se afirmam como sujeitos desejantes de mudar suas próprias histórias. Mais que isso, ao resgatar as memórias dessas mulheres negras, a obra faz ressoar lembranças próximas ou não, mas que refletem vivências sinalizadas pela dor, pelo sofrimento além de evidenciar marcas identitárias calcadas na submissão. É a veiculação de suas vozes que

fundamenta o denso e árduo processo de reconstituição de uma identidade esfacelada por diversas formas escravidão. Desse modo, tornar audíveis suas histórias implica uma nova perspectiva da africanidade brasileira, em que a condição da mulher afrodescendente aflora na teia discursiva.

Com efeito, o patriarcado é definido por Manuel Castells (2002, p. 4), como um sistema que se “caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar”, cuja autoridade permeia “toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura” e contra o qual estas mulheres reagem, mostrando o valor da diferença.

Para veicular a singularidade de suas personagens e a contradiscursividade que assinala suas ações, a narrativa de Conceição Evaristo traz à tona um viés igualmente insubmisso que, como acentua Eduardo de Assis Duarte, mescla a história não-oficial à memória individual e coletiva com invenção literária. Esta característica foi iniciada com a publicação de *Úrsula*, de Maria Firmino dos Reis, em 1859, tido pela crítica especializada como o primeiro de natureza antiescravagista. Este romance, juntamente com a prosa satírica de Luiz Gama, expressa nas *Trovas burlescas do Getulino*, também de 1859, rompem o ideário romântico da literatura brasileira ao apresentar a diferença sentida por escritores empenhados em mostrar a alteridade numa época que, pretensamente, se veiculava a identidade una e coesa da nação.

Ao propor um novo lugar enunciativo, Reis e Gama abrem uma senda também trilhada por Evaristo que, para além disso, é marcado, para Duarte,

pela etnicidade que provém a voz e as vozes-ecos das correntes arrastadas. Vê-se que no romance fala um *sujeito étnico*, com as marcas da exclusão inscritas na pele, a percorrer nosso passado em contraponto com a história dos vencedores e seus mitos de cordialidade e democracia racial. Mas, também, fala um *sujeito gendrado*, tocado pela condição de ser mulher e negra num país que faz dela vítima de olhares e ofensas nascidas do preconceito. Esse ser construído pelas relações de gênero se inscreve de forma indelével no romance de Conceição Evaristo, que, sem descartar a necessidade histórica do testemunho, supera-o para torná-lo perene na ficção.

São estas premissas que reconhecemos na obra, mais especificamente no relato de Natalina Soledad que escolhemos para análise. Neste conto, o nascimento de sua filha é rechaçado pelo patriarca Arlindo Silveira Neto, que na tentativa de dar continuidade à

“façanha de conceber filhos machos” reage ao nascimento de sua sétima filha. Com isso,

o homem garboso de sua masculinidade, que, a seu ver, ficava comprovada a cada filho homem nascido, ficou decepcionado quando lhe deram a notícia de que seu sétimo rebento era uma menina (EVARISTO, 2011, p. 19-20).

Ao deparar-se com a interrupção da linhagem da família Silveira, Arlindo resguarda sua virilidade culpando sua mulher ao referir-se a uma

traição, traição de primeira! De seu corpo não podia ser, de sua rija semente jamais brotaria uma coisa menina. Sua mulher devia ter se metido com alguém e ali estava prova. Uma menina. Só podia ser filha de outro! (EVARISTO, 2011, p. 20).

Nessa passagem, observamos que há uma supervalorização do sêmen masculino em detrimento do óvulo feminino, uma vez que do ponto de vista do personagem, a “semente” sempre foi fecunda e sadia, resultando na produção de meninos-homens. Sendo assim, seu sêmen jamais produziria uma “coisa menina”,

Ao afirmar que de “sua rija vara só saía varão” (EVARISTO, 2011, p. 20) há a oposição entre o óvulo da mulher e o sêmen masculino por meio de uma extra-matrimonial. A misoginia da personagem é contraditória, pois, ao defender apenas o nascimento de homens, a personagem acaba por propor o fim da procriação visto que, apesar do status do macho, a mulher é indispensável á procriação. O resultado é, portanto, não apenas a rejeição da filha, mas o desinteresse pelo corpo da mãe que

desde o nascimento da menina [...] até então, cumpria fielmente o seu dever de marido [...] deixou de se aproximar da mulher, tomou nojo do corpo desobediente dela, do corpo traidor de sua esposa (EVARISTO, 2011, p. 20).

Ao ver-se rejeitada pelo marido, Maria Anita Silveiro também abdica da menina, negligenciando suas atribuições maternas e, sobretudo, ao permitir que “o pai nomeasse oficialmente a filha de Troiçoleia Malvina Silveira”. Revela-se aí um processo de coisificação da filha, visto que o nome dado tem em sua raiz a palavra “troço”, cujo significado remete a “coisa” ou objeto. “Malvina”, o segundo nome, também tem uma semântica negativa, pois se articula com o adjetivo “mal”.

Ademais, ao restringir o processo identitário a aspectos biológicos, tem-se uma contraposição à noção de identidade proposta por Stuart Hall (2006), que a define como uma "celebração móvel", formada e transformada continuamente em relação às formas de representação nos sistemas culturais em que nos inserimos. Não obstante, Troiçoleia resiste ao menosprezo de sua família e à dominação masculina, confinando-se ao espaço doméstico, uma vez que

solitária aprendera quase tudo por si mesma, desde o pentear dos cabelos até os exercícios mais difíceis de matemática, assim como se cuidar no período dos íntimos sangramentos (EVARISTO, 2011, p. 21).

À medida, entretanto, que Troiçoleia deixa a casa paterna e entra em contato com o espaço público, como a escola, a personagem passa a romper seus silêncios, visto que percebe mais nitidamente as marcas impostas pelo patriarcado e pela real noção da dimensão do nome que recebeu e das implicações deles decorrentes. Sendo assim,

foi então na ambiência escolar, ao ser vítima de deboches dos colegas que a menina Silveira atinou com a carga de desprezo que o pai e a mãe lhe devotavam e que traduzia no nome que haviam lhe impôs (EVARISTO, 2011, p. 21).

Por isso, como estratégia de insubmissão contra o *status quo* que lhe fora imputado,

a menina Silveirinha se negava a responder qualquer chamado, em que seu nome, aquele de registro e de batismo, não fosse inteiramente dito. Na escola, em casa, na vizinhança, na igreja e em qualquer lugar que fosse, ela se desconhecia como Silveirinha (EVARISTO, 2011, p. 22).

Ao assumir plenamente tal identidade, Troiçoleia demonstra indignação e revolta por ser identificada por um nome que a reduz a um lugar de subalterno, de negação e de indiferença que a fazem perceptível em casa. Daí,

ostensivamente, ignorava a presença dos dois, não só na intimidade familiar, mas fora dela também. Dentro da casa tateava o espaço como se estivesse no escuro, ou melhor, no escuro estava, pois andava de olhos fechados quando percebia qualquer proximidade dos dois. Não suportava vê-los. Recusava-se sentar à mesa, alimentava-se no quarto ou na cozinha, e como uma sombra, quase invisível transitava em silêncio, de seu quarto ao banheiro e à cozinha, mesmo entre seus irmãos (EVARISTO, 2011, p. 22).

O passar dos anos não reduz o desprezo mútuo que altera a relação com os novos membros da família, como cunhadas e sobrinhos, que também são afetados por ele e pelo estranhamento despertado pela tia. Apenas após o falecimento dos pais é que a personagem, já aos trinta anos, rompe definitivamente com o patriarcado, ao mudar seu nome para Natalina Soledad. Assim, o primeiro nome marca seu novo nascimento, trazendo, no segundo, uma saudade do tempo perdido nas sombras a que fora confinada. Ademais, ao retirar o sobrenome “Silveira”, a personagem rompe definitivamente com o passado, assumindo uma nova identidade, após a tomada de consciência crítica da sociedade e dos muitos desvãos a que algumas minorias ainda são submetidas.

Ao dialogar com a história e questões de gênero, a obra de Evaristo assume a intenção proposta por José Saramago de que a literatura serve não apenas como inspiração, mas para (re)estabelecer um tipo de compromisso com o real, que faz com que o narrador intervenha, para “corrigi-la”. Em suas palavras:

quando digo corrigir, corrigir a História, não é no sentido de corrigir os factos da História, pois essa nunca poderia ser tarefa de romancista, mas sim de introduzir nela pequenos cartuchos que façam explodir o que até então parecia indiscutível: por outras palavras, substituir o que foi pelo que poderia ter sido. Certamente se argumentará que se trata de um esforço gratuito, pouco menos que inútil, uma vez que aquilo que hoje somos não é do que poderia ter sido que resultou, mas do que efectivamente foi. Simplesmente, se a leitura histórica, feita por via do romance, chegar a ser uma leitura crítica, não do historiador, mas da História, então, essa nova operação introduzirá, digamos, uma instabilidade, uma vibração, precisamente causadas pela perturbação do que poderia ter sido, quiçá, tão útil a um entendimento do nosso presente como a demonstração efectiva, provada e comprovada do que realmente aconteceu (SARAMAGO, 2002, p. 14).

Estas afirmações apontam para uma literatura produzida para se opor ao discurso hegemônico através de narrativas que viabilizam outras estórias possíveis, plenas de novos significados e “verdades”, em sua acepção benjaminiana. Existe, portanto, uma ambiguidade entre o assumir a relatividade do conceito de “verdade” no que toca ao discurso historiográfico, o que leva Conceição Evaristo a repensá-lo e obter o domínio da narrativa através de um narrador onisciente que assume a autoria de seu texto como extensão de si. Assim, podemos concluir que sua obra traz à tona níveis diversos de

insubmissão a fatores como o determinismo biológico que se estende maleficamente, ocasionando relações desiguais de poder nos espaços público e privado.

As diversas formulação em torno do conceito de gênero presentes em seus textos nos ajudam explicar como elas se manifestam nas diferentes formas de dominação e violência contra as mulheres em nossa sociedade. Discorrer sobre elas é uma forma significativa de confronto desses conceitos, bem de suas representações sociais.

Sendo assim, não só este, mas os demais contos de *Insubmissas vozes de mulheres* fazem com que suas protagonistas vão além desse lugar tão negativamente marcado, tornando-se gestores sua vida e de um processo de construção identitária calcado na resistência e na transformação que, como bem ressaltam Campos e Duarte (2011, p. 213), “sem perder a ternura jamais”.

## **REFERÊNCIAS:**

CASTELLS, Manuel. “O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação”. In: *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. V. 3.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha e DUARTE, Eduardo Assis. “Conceição Evaristo”. In: DUARTE, Eduardo Assis. (org.) *Literatura e afrodescendência no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Volume 2.

DUARTE, Eduardo Assis. “O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo”. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100017). Consulta feita em 13 de agosto de 2012.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Belo Horizonte. Nandyala. 2011.

GOMES, Álvaro Cardoso. *A voz itinerante*. São Paulo: EdUSP, 1993.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

SARAMAGO, José. Entrevista a José Carlos Vasconcelos. In: *Revista Visão*. Lisboa, 16 de janeiro de 2002.

SCOTT, Joan. “Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica”. In: Educação e Realidade. Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez. 1990.